uma homenagem a Mário Martelotta

MARIA MAURA CEZARIO - MARIA ANGÉLICA FURTADO DA CUNHA (orgs.)

Mauad X FAPERJ

Direitos desta edição reservados à
MAUAD Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5° andar
Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110
Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400
www.mauad.com.br

em coedição com
Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 118, 6° andar – Centro
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3231.2929 – Fax: (21) 2533.4453
www.faperj.br

Projeto Gráfico:
Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:
Bárbara Mauad

Agradecimento à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj, pelo apoio recebido.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

L727

Linguística centrada no uso : uma homenagem a Mário Martelotta / organização Maria Maura Cezario e Maria Angélica Furtado da Cunha. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X : FAPERJ, 2013.

192 p. ; 15,5 X 23,0 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-7478-516-5

1. Martelotta, Mário Eduardo. 2. Linguística. 3. Linguagem e línguas. I. Cezario, Maria Maura. II. Cunha, Maria Angélica Furtado da, 1952- III. Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

13-01434 CDD: 410
CDU: 81'1

SUMÁRIO

LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO: CONCEITOS BÁSICOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Maria Angélica Furtado da Cunha[1]
Edvaldo Balduino Bispo[2]
José Romerito Silva[3]

Introdução

Este capítulo focaliza conceitos básicos e categorias analíticas de um modelo de abordagem de fenômenos linguísticos, recentemente denominado Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Tem como objetivo traçar um quadro teórico-metodológico consistente da LFCU, para subsidiar a investigação de fatos da língua dentro dessa perspectiva.

O capítulo está organizado em cinco seções, assim distribuídas: definição; objeto de estudo; conceitos-chave; metodologia; processos, princípios e categorias analíticas.

1. Definição

O termo *Linguística Funcional Centrada no Uso* (*Usage-Based Linguistics*,[4] na literatura norte-americana) identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas, também denominada *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998). Essa abordagem é resultado da união das tradições desenvolvidas pelas pesquisas de representantes da Linguística Funcional, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth

[1] Profa. Dra. da UFRN. Pesquisadora do CNPq.
[2] Prof. Dr. da UFRN.
[3] Prof. Dr. da UFRN.
[4] De acordo com Bybee (2010), a Teoria Baseada no Uso se desenvolveu diretamente do funcionalismo norte-americano e, em certo sentido, é apenas um novo nome para ele.

Traugott, Christian Lehmann, Bernd Heine, entre outros, e representantes da Linguística Cognitiva, como George Lakoff, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, Adele Goldberg, John Taylor, William Croft, *inter alia* (TOMASELLO, 1998; 2003).

A Linguística Funcional norte-americana adquire projeção a partir da década de 1970, passando a identificar as pesquisas cuja característica principal é analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. A proposta é que o estudo do discurso e da gramática seja simultâneo, para que se possa entender como a língua se configura.

Parte-se do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente. A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/ adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação.

A Linguística Cognitiva, que também surge a partir da década de 1970, vê o comportamento linguístico como reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito aos princípios de categorização, à organização conceptual, aos aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais. Nesse sentido, as construções linguísticas são concebidas como esquemas cognitivos do mesmo tipo que encontramos em outras habilidades não linguísticas, ou seja, como procedimentos relativamente automatizados que se utilizam para realizar coisas comunicativamente. O falante adquire esse conhecimento à medida que aprende a usar a sua língua.

Nessa abordagem, assume-se que as categorias linguísticas são baseadas na experiência que temos das construções em que elas ocorrem, do mesmo modo que as categorias por meio das quais classificamos objetos da natureza e da cultura são baseadas na nossa experiência com o mundo. Todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas.

Essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, só para citar alguns. A gramática é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser afetada pelo uso linguístico.

Assume-se, pois, que a categorização conceptual e a *categorização linguística* são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA et al., 2003). Sendo a categorização o processo cognitivo mais básico, por meio dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel crucial na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Assim, a língua(gem) constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana (TOMASELLO, 1998).

O princípio básico da Linguística Funcional Centrada no Uso consiste no fato de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010, 2011). A LFCU entende a aparente regularidade e a instabilidade da língua como motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007). Busca, então, descrever e explicar os fatos linguísticos com base nas funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos diversos contextos de uso da língua, integrando sincronia e diacronia, numa abordagem pancrônica (BYBEE, 2010). Alguns dos fatores considerados nas análises são os efeitos da frequência de uso, a modelagem das estruturas linguísticas no contexto discursivo e as inferências pragmáticas que acompanham a língua na interação.

Uma teoria linguística que pretenda descrever e explicar a gramática da língua com base no uso que dela fazem os indivíduos em suas interações verbais tem, necessariamente, que levar em conta as situações e os contextos comunicativos em que esse uso se atualiza. Diferentemente da Teoria Gerativa, que abstrai as condições reais de uso da língua ignorando a interferência dos fatores extralinguísticos na constituição da estrutura linguística, a Linguística Funcional Centrada no Uso concebe a gramática como resultado da estruturação de fatores cognitivos e comunicativos da língua (TRAUGOTT, 2004). Nesse sentido, a gramática de uma língua é constituída tanto de padrões regulares no nível dos sons, das palavras e de unidades maiores, como os sintagmas e as orações, quanto de formas emergentes, em decorrência da atuação desses fatores.

Esse modelo de abordagem reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição de suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação ao papel que ela desempenha nos processos reais de comunicação. Em razão disso, procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala e/ou de escrita, inseridos em contextos efetivos de comu-

nicação, evitando lidar com frases criadas *ad hoc*, dissociadas de sua função no ato comunicativo.

Diversas pesquisas evidenciam que, de um modo geral, as categorias linguísticas se comportam como as categorias conceituais humanas (THOMPSON; HOPPER, 2001; TAYLOR, 1995; LAKOFF, 1987; LABOV, 1973). Por exemplo, a gramática da cláusula ou estrutura argumental (a relação entre o predicado e seus argumentos) é formada do mesmo modo que as outras categorias: por meio do contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização a partir das interações comunicativas diárias. Como defendem Thompson e Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas léxico-gramaticais em que ele pode ocorrer, e a estrutura argumental é essencialmente um subconjunto desses esquemas.

A frequência de uso de uma determinada construção leva a seu estabelecimento no repertório do falante e faz dela uma unidade de processamento, o que implica que o falante explora recursos gramaticais disponíveis para atingir seus objetivos comunicativos. No entanto, o discurso exibe padrões recorrentes que extrapolam o que é predizível pelas regras gramaticais, apenas, e a explicação para a existência desses padrões deve ser procurada no âmbito da cognição e da comunicação.

É a universalidade dos usos a que a linguagem serve, nas sociedades humanas, que explica a existência de propriedades que se manifestam na maioria das línguas – os universais linguísticos[5] –, em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana. Como argumenta Bybee (2010), considerando que as condições de uso da língua são semelhantes de uma cultura para outra, a substância e a forma da gramática também serão semelhantes; à medida que essas condições diferem, as línguas podem ter gramáticas de diferentes tipos. Nesse sentido, as construções conhecidas como universais linguísticos parecem refletir universais psicológicos e socioculturais que contribuem para o entendimento da natureza do pensamento humano e da interação social (SLOBIN, 1980).

Sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, essas propriedades universais devem ser procuradas não em categorias ou construções linguísticas particulares, mas na cognição humana, isto é, nos modos como os homens conceitualizam o mundo em termos de certas categorias, configurações espaciais e temporais, focalização de atenção, gerenciamento de informação, para citar alguns aspectos. Em outras palavras, a busca pelos universais deve focalizar os processos que criam e mantêm as estruturas linguísticas, e não as próprias estruturas. Sendo a língua um sistema simbólico por excelência, utilizado para comunicar informação sobre o mundo, naturalmente ela reflete essas conceitualizações. Além disso, a motivação para a existência de universais linguísticos também se deve à comunicação, já que os objetivos e as necessidades comunicativas dos humanos parecem ser universais, o que não descarta a possibilidade de que alguns deles sejam específicos a comunidades linguísticas particulares.

[5] Em sentido estrito, *universal linguístico* é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas têm (p.ex., todas as línguas têm elementos que são foneticamente vogais). Mais recentemente, admite-se que os universais linguísticos não são absolutos, mas uma questão de grau ou tendência, de modo que refletem uma propriedade que se manifesta na maioria das línguas.

Do mesmo modo, estudos translinguísticos (GIVÓN, 1979; BYBEE et al., 1994) têm demonstrado que há trajetórias universais de gramaticalização que levam ao desenvolvimento de novas construções gramaticais. Essas trajetórias são universais porque o desenvolvimento das construções ao longo delas ocorre independentemente, em línguas não aparentadas. Pode-se citar, como exemplo, a passagem de um verbo pleno a auxiliar (como o caso do verbo *ir* seguido de verbo no infinitivo para designar tempo futuro), ou o recrutamento de itens lexicais com o mesmo significado ou significados bastante semelhantes para desempenhar funções gramaticais em línguas não relacionadas (como se deu com *-mente*, em português, e *-ly*, em inglês, que, sufixados a adjetivos, dão origem a advérbios). Essas trajetórias comuns de gramaticalização podem ser explicadas em termos de processos cognitivos e comunicativos, como automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática, dentre outros. Esses processos se dão no uso comunicativo de expressões linguísticas ao longo do tempo e, portanto, têm a ver com o modo como os falantes "embalam" suas conceitualizações visando à comunicação interpessoal. Logo, os verdadeiros mecanismos que motivam a mudança refletem processos cognitivos e interacionais básicos que permeiam o uso real da língua.

2. Objeto de estudo

Grosso modo, a Linguística Funcional Centrada no Uso inclui em sua agenda de pesquisa a investigação de temas relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no nível da proposição – considerando fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos – e do discurso multiproposicional – concentrando-se em aspectos linguísticos relativos à organização do texto (GIVÓN, 2009). Para isso, busca identificar motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas implicadas no uso desses padrões.

Entre os temas de interesse, podem ser citados processos de variação e mudança linguísticas, em especial os referentes à gramaticalização (GIVÓN 1979; LEHMANN 1982; HEINE e REH, 1984; BYBEE, 1985; HOPPER, 1987; MARTELOTTA et alii, 2003; MARTELOTTA e CEZARIO, 2011); estrutura argumental e transitividade (HOPPER e THOMPSON, 1980; DU BOIS, 2003a; FURTADO DA CUNHA, 2006; 2009); universais e tipologia linguística (GREENBERG, 1966; GIVÓN, 1979; CROFT, 1991; BYBEE et alii, 1994); aspectos funcionais na constituição morfológica de vocábulos (BYBEE, 1985; OLIVEIRA, 2008) e na codificação da cláusula (GIVÓN, 1990, 1995; THOMPSON e COUPER-KUHLEN, 2005; FURTADO DA CUNHA, 1989, 2001; VOTRE, 2000); motivações competidoras (HAIMAN, 1980; 1983); elementos organizadores do texto/ discurso no que se refere, por exemplo, a informatividade, plano discursivo, cadeia tópica, planificação textual (GIVÓN, 1984; CHAFE, 1976; MARTELOTTA, 1998; NARO e VOTRE, 1992).

Além desses temas, a Linguística Funcional Centrada no Uso, em particular a desenvolvida por pesquisadores brasileiros, mais recentemente, tem-se ocupado de questões relativas ao ensino de língua materna. Essa tendência reflete-se em propostas de aplicação de resultados das reflexões teóricas empreendidas em contextos de sala de aula. Merecem destaque, nesse sentido, trabalhos como os de Oliveira e Cezario (2007), Bispo (2007), Furtado da Cunha e Tavares (2007), Silva (2008).

3. Conceitos-chave

Uma vez que trabalha na interface entre uso e estrutura, considerando a emergência e a regularização de padrões linguísticos na interação verbal, a LFCU vale-se de conceitos basilares como cognição, linguagem, discurso, padrão discursivo, texto, língua, léxico, gramática, gramaticalização, construção, os quais são brevemente explicitados a seguir.

3.1 Cognição

O termo *cognição* refere-se ao processo neurorracional de construção do conhecimento humano a partir da interação do organismo com o meio. Em outras palavras, diz respeito ao conjunto de operações mentais configuradoras de nosso sistema conceitual, tendo como base o contato do indivíduo com o ambiente físico e sociocultural em que vive (IBAÑEZ, 2001; MARTELOTTA e PALOMANES, 2008).

3.2 Linguagem

O ponto de encontro entre *cognitivistas* e *funcionalistas* consiste na defesa de que a linguagem fundamenta-se em processos cognitivos, sociointeracionais e culturais; daí a necessidade de ser examinada no uso (*i.e.*, em seu caráter funcional), considerando os aspectos de conceitualização, categorização, processamento mental, interação e experiências individuais e socioculturais.

Assumimos com Tomasello (1998) a ideia de que a linguagem é um complexo mosaico de atividades cognitivas (*i.e.*, esquemas cognitivos do mesmo tipo que existem em outros domínios da cognição) e sociocomunicativas estreitamente integrado às demais áreas da psicologia humana.

3.3 Discurso

Entendemos como *discurso* a construção e a troca intersubjetiva de sentido(s), incluindo as estratégias sociopragmaticamente orientadas de sua configuração, em uma dada situação intercomunicativa. Dito de outro modo, constitui qualquer instância autêntica de uso da linguagem em todas as suas manifestações, quer dizer, qualquer ato motivado de produção e compreensão de enunciados em um contexto de interação verbal (DU BOIS, 2003b).

3.4 Padrão discursivo

O padrão discursivo consiste num construto sociocognitivo de comunicação, atualizado em uma dada configuração textual, que emerge e se ritualiza em contextos comunicativos específicos nos quais os indivíduos se engajam cotidianamente (ÖSTMAN, 2005). Nesse sentido, uma receita culinária, um ofício, uma piada, uma conferência, por exemplo, representam um padrão discursivo genérico (ou construção discursiva), constituindo-se um par forma/ função (o plano formal corresponde às relações e organização internas; o funcional, às relações contextuais e pragmáticas), relativamente convencionalizado. Sendo assim, o padrão discursivo recobre, ao mesmo tempo, as noções de gênero discursivo e de tipo textual.

3.5 Texto

Consideramos *texto* o *locus* da organização e manifestação empírica do discurso, atualizado na/pela linguagem, constituindo-se um todo significativo. Significa, pois, não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições, mas também as regras a que essas proposições se submetem, a fim de que se mantenham a estrutura temática e a coerência discursiva (GIVÓN, 1984).

3.6 Língua

Língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativas (BYBEE, 2010). Daí dizer-se que, na língua, convivem, simultaneamente, formas que, com o tempo, tendem a assumir novas funções e feições e outras que, aparentemente, mantêm-se mais estáveis (cf. VOTRE, 2002). Dada a natureza de relativa estabilidade da estrutura linguística, a LFCU direciona seu foco de interesse na interdependência entre forma e função, buscando no texto produzido em situação real de interação subsídios que forneçam explicações para a codificação morfossintática.

3.7 Gramática

Gramática é aqui compreendida como um conjunto de esquemas/ processos simbólicos utilizado na produção e organização de discurso coerente. Desse modo, configura-se em categorias morfossintáticas rotinizadas, exibindo padrões funcionais mais regulares e formas alternativas em processo de mudança motivada por fatores cognitivo-interacionais. Nesse sentido, gramática e discurso estão intrinsecamente entrelaçados e coatuam em mútua dependência, sendo um (re)modelado pelo outro (FORD et al., 2003; DU BOIS, 2003b).

3.8 Gramaticalização

Gramaticalização designa certos fenômenos de variação e mudança linguísticas, que se processam, tanto sincrônica como diacronicamente, contemplando fatores relacionados ao plano do conteúdo (de natureza discursivo-pragmática e semântico-cognitiva) e ao plano da forma (de caráter morfossintático e fonológico).

No plano do conteúdo, fatores discursivo-pragmáticos e semântico-cognitivos funcionam como gatilho para a emergência de padrões gramaticais, de modo a satisfazer demandas comunicativas. Esses padrões tendem a caminhar da eventualidade discursiva para a regularização estrutural mais previsível. Nesse processo de regularização, ocorre um crescente grau de abstratização dos signos de conteúdo mais ancorado na experiência biofísica.

No plano da forma, situam-se os processos de mudança relacional entre os signos e o consequente remodelamento da construção na qual eles interagem. Enquadra-se aí o desgaste da substância fônica por que passam os itens linguísticos em muitos casos, o que, em geral, relaciona-se aos processos de perda de transparência semântica e de amalgamação morfossintática. Esse desgaste, paradoxalmente, é a pedra de toque para que o processo se repita, transformando-se, assim, num ciclo ininterrupto na língua.

3.9 Construção

A construção gramatical é um esquema que une forma e função, constituindo-se parte do nosso conhecimento sobre a língua. Assim, quando falamos, selecionamos itens lexicais e construções armazenados no léxico. Cada um desses elementos contribui com um componente de significado, os quais são fundidos de forma: (a) inteiramente inovadora, ou não especificada, dando origem a construções abertas, como as formadas por sujeito e predicado; (b) lexicalizada em alguma medida, produzindo as construções parcialmente especificadas, do tipo *quanto mais X, mais Y*; e (c) totalmente idiomática, gerando as construções inteiramente especificadas, como *vai com Deus!* (FILLMORE,1985; GOLDBERG, 1995; KAY; FILLMORE, 1999).

Para a LFCU, não há distinção rígida entre léxico e gramática, entendidos como um contínuo que vai das palavras a sequências maiores. A diferença entre construções lexicais e construções sintáticas reside no grau de complexidade interna de cada uma delas (GOLDBERG,1995), de modo que a fronteira entre elas é difusa.

4. Metodologia

De acordo com os pressupostos teóricos da LFCU, as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa – não apenas comunicativos ou sociais, mas também cognitivos, estruturais e históricos. Esses fatores, em conjunto, atuam de modo diverso nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Isso significa que é importante adotar uma metodologia que leve em conta não apenas a interdependência desses fatores, mas sua atuação contextualmente diferenciada.

Como estamos interessados no uso da língua em situações reais de interação comunicativa, a aferição da frequência de ocorrência de um dado fenômeno linguístico é muito importante, já que assinala aquilo que o uso consagra como estratégia de comunicação em um determinado contexto. Importa descobrir como os aspectos interacionais que se manifestam na interação verbal se ritualizam em forma de construções gramaticais disponíveis para o usuário da língua.

Os pesquisadores dessa corrente procuram identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as tendências de manifestação do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam tendências de regularização desse fenômeno. Desenvolvemos uma análise essencialmente qualitativa com suporte quantitativo evidenciador de tendências. Testamos as hipóteses a respeito de aspectos sincrônicos e diacrônicos com dados de textos reais (falados e/ou

escritos). Interessa-nos identificar diferentes motivações funcionais e avaliar o efeito de cada uma delas na configuração concreta do fenômeno sob análise.

O aspecto qualitativo diz respeito ao caráter descritivo e interpretativo da análise e ao enfoque indutivo baseado na observação das amostras coletadas. Já a dimensão quantitativa refere-se à natureza mensurável do material empírico tomado como amostra. Para tanto, quantificamos, em termos absolutos e percentuais, a recorrência dos fatores selecionados para a análise.

5. Processos, princípios e categorias analíticas

Uma vez que a LFCU toma como pressuposto a ideia de que a estrutura da língua é motivada por fatores cognitivos, sociocomunicativos e linguísticos, considera, em suas análises, categorias que dão conta de aspectos tanto externos quanto internos ao sistema. Entre elas, destacamos iconicidade, marcação, categorização, perspectivação, contrastividade, saliência discursiva, prototipicidade, informatividade (extralinguísticas); ordenação e padrão discursivo (linguísticas).

5.1 Iconicidade

Em linhas gerais, *iconicidade* é definida como a correlação motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico e seu *designatum* (GIVÓN, 1984).

Os linguistas funcionais advogam o pressuposto de que a língua é organizada nos mesmos moldes que a conceitualização humana do mundo. Sendo assim, a estrutura de uma construção gramatical reflete, de algum modo, a estrutura do conceito que ela expressa (CROFT, 1990).

Acolhemos a ideia de que, na língua, identificam-se determinados padrões que mantêm uma correlação aproximada com o sentido que eles designam, sendo, portanto, perceptíveis os laços entre forma e função. Em contrapartida, há casos em que essa relação não é nítida, revelando-se aparentemente arbitrária e impossibilitando o estabelecimento da conexão entre o plano da expressão e o do conteúdo. Ou seja, tomadas sincronicamente, determinadas estruturas exibem um acentuado grau de opacidade em comparação com os papéis que desempenham. Isso é flagrante, sobretudo, nos marcadores conversacionais, tais como *bom, aí, tá?*, por exemplo.

Givón (1984) aponta três subprincípios básicos da iconicidade: *quantidade, proximidade* e *ordenação linear*.

O subprincípio da *quantidade* estabelece que quanto maior for a quantidade de informação, maior será a quantidade de forma para sua codificação.

A esse respeito, Clark e Clark (1977) asseveram: "A complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão". A mesma ideia é também compartilhada por Croft (1990, p. 173), quando afirma:

> (...) conceitos que são sempre, ou frequentemente, expressos por estruturas gramaticais simples são cognitivamente primitivos e aqueles expressos por estruturas complexas são cognitivamente complexos.

Um exemplo disso é a marca de plural, predominantemente codificada com um morfema a mais, em contraste com o singular, que é formalmente menor na maioria das línguas. No plano sintático, a construção passiva também é mais complexa cognitiva e estruturalmente se comparada à construção ativa, conforme (1) e sua correlata (1a):

> (1) As novas regras para o Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte **foram aprovadas** ontem pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) (*Tribuna do Norte*, disponível em: http://tribunado norte.com.br. Acesso em: 20 jun. 2012).
>
> (1a) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) **aprovou** ontem as novas regras para o Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Como podemos observar, a passiva em (1) é morfologicamente mais extensa e apresenta o agente na posição pós-verbal, introduzido por preposição, o que implica maior custo cognitivo, em termos de demanda de elaboração e processamento da informação.

Furtado da Cunha (1995) lembra, ainda, que as palavras derivadas, em geral, mostram-se estruturalmente maiores do que aquelas que as originam, espelhando, na forma, a ampliação de seu domínio conceitual.

Ainda segundo o mesmo subprincípio, quanto mais imprevisível (nova) for a informação para o interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada e vice-versa. Segundo Haiman (1983), a extensão de um enunciado relaciona-se diretamente à proporção de informação nova ou incomum que ele veicula. Para Slobin (1980), aquilo que é mais simples e esperado se expressa através de mecanismos morfossintáticos menos complexos. Isso explica, em parte, por que a informação recém-introduzida no texto tem, em geral, maior embalagem formal; enquanto a dada (ou velha) é, preferencialmente, substituída por lexias mais sintéticas, formas pronominais ou anáfora zero, o que corresponde a estruturas mais reduzidas.

O subprincípio da *proximidade*, por sua vez, manifesta que os conceitos mais integrados no plano cognitivo também se apresentam com maior grau de aderência morfossintática. Quer dizer, a contiguidade estrutural entre os

morfemas de um vocábulo, ou entre os constituintes de um sintagma, ou ainda entre os enunciados num texto reflete a estreita relação entre os signos no nível conceitual.

Bybee et al. (1994, p. 11) confirma isso, dizendo: "... elementos que estão semanticamente juntos tendem a vir próximos um do outro na cláusula". Em Haiman (1983, p. 781), lemos: "A distância entre expressões linguísticas deve ser um índice iconicamente motivado da distância conceitual entre os termos ou eventos que elas denotam".

Uma demonstração disso são os afixos, os quais, pela estreita ligação semântica mantida com os radicais a que se relacionam, codificam-se, em geral, mais próximos a estes, em contraste com as desinências de gênero e/ou de número, que são noções mais secundárias e eventuais. É o que acontece também com os intensificadores, uma vez que, seja na forma analítica ou, mais evidentemente, na sintética, o morfema de superlativo vem sempre integrado à palavra que este modifica, como no fragmento a seguir.

> (2) Carolina [Villar] estudou moda em Nova York e mostrou seus conhecimentos: desenhou e costurou o próprio vestido, com corpete de pérolas feito para fazer sobressair seus dons naturais, ressaltados pelos cinco meses de gravidez. Aliás, **naturalíssimos** (*Veja*, n. 27, p. 96,6 jul. 2011).

O subprincípio da *ordenação linear* se caracteriza por dois aspectos básicos: (a) a informação mais tópica tende a vir em primeiro lugar. É o que revela, por exemplo, o fato de o sujeito normalmente ocupar a primeira posição na cláusula; (b) a ordem das orações no discurso segue a sequência temporal em que os eventos são conceitualizados. McMahon (1995) exemplifica com a célebre citação "*vim, vi, venci*", cuja distribuição das palavras no texto corresponde à sequencialidade cronológica das ações.

5.2 Marcação e contrastividade

O conceito de *marcação* corresponde a um refinamento da noção saussureana de *valor linguístico* nas distinções binárias entre um par contrastivo.

Segundo Givón (1990), há três critérios para distinguir uma categoria marcada de uma não marcada:

(i) *complexidade cognitiva*: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa – em termos de esforço mental, demanda de atenção ou tempo de processamento – do que a não marcada;
(ii) *complexidade estrutural*: a estrutura marcada tende a ser mais complexa ou maior do que sua correspondente não marcada;
(iii) *distribuição de frequência*: a categoria marcada tende a ser menos frequente nos textos e, assim, cognitivamente mais perceptível do que a categoria correspondente não marcada.

O contraste afirmação/negação ilustra bem esses critérios: a negativa é mais complexa estrutural (tem um morfema a mais) e cognitivamente (pressupõe a afirmativa correspondente), sendo, portanto, menos frequente. O fragmento em (3) exemplifica esses critérios.

> (3) Outro argumento sustentado pelos advogados rubro-negros é o de que Ronaldinho **não cumpriu** a sua única parte no acordo: zelar pela sua imagem. E, por isso, **não atraiu** contratos de publicidade e patrocinadores para o clube (*O Dia*, disponível em: http://odia.ig.com.br. Acesso em: 20 jun. 2012).

No entanto, essa marcação é relativizada, em português, se considerarmos as diferentes estruturas negativas (*Neg+SV*; *Neg+SV+Neg*; *SV+Neg*, por exemplo) nos diversos contextos em que são utilizadas, conforme Furtado da Cunha (1999). A autora ratifica a necessidade de se adotarem parâmetros de gradualidade na análise da marcação, advertindo sobre o risco de tomarmos as categorias linguísticas em termos discretos (ou binários), dado o caráter fluido e criativo da língua.

Croft (1990) já apontava a inadequação da binariedade, preferindo ver a marcação numa perspectiva escalar, uma vez que determinados fenômenos não se prestam a uma análise dicotômica. Para fundamentar sua postura, o autor argumenta que há línguas em que a noção de número é definida por outros traços semânticos além de singular e plural, podendo também incluir aspectos como *dual*, *trial*, etc.

De acordo com Givón (1995), uma mesma estrutura pode ser marcada num contexto e não marcada em outro; vista assim, a marcação é um fenômeno dependente do contexto, devendo, portanto, ser explicada com base em fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos ou biológicos. Exemplo disso é o fato de orações com alto grau de transitividade serem mais frequentes em narrativas do que em textos argumentativos, isto é, não marcadas na primeira situação e marcadas na segunda.

Além disso, a marcação não se limita às categorias linguísticas, podendo estender-se a outros fenômenos, tais como a distinção entre o discurso formal e a conversação espontânea. Por tratar de assuntos mais abstratos e complexos, o discurso formal é mais marcado em relação à conversação, que é cognitivamente processada com mais rapidez e facilidade, uma vez que trata de assuntos comuns e do cotidiano social.

A *contrastividade*, por sua vez, também calcada na cognição e estreitamente

vinculada ao princípio de marcação, diz respeito à opção do falante em selecionar um item dentre um conjunto de itens possíveis, conferindo-lhe realce e distinguindo-o de todos os demais, com o fim de despertar a atenção do interlocutor. Para marcar linguisticamente essa seleção, o falante recorre a certos mecanismos de relevo, tais como o traço prosódico, a ruptura com a forma convencional de ordenação sintática, entre outros. Isso representa, em certa medida, uma quebra de expectativa. Chafe (1976) afirma que, em muitas orações contrastivas, o emissor de fato contradiz uma suposição de seu receptor.

O trecho a seguir ilustra essa categoria:

(4) ... geralmente... eu costumo desenhar pessoas ou rosto de pessoas... e também eu costumo ampliar desenhos... **a parte arquitetônica... desenho arquitetônico... desenho mecânico... eu num sou muito chegado**... eu gosto mais... de desenho artístico... (*Corpus D&G*/Natal, p. 311).

O informante vem falando de sua tarefa habitual e preferida (desenhar pessoas, rosto de pessoas e ampliação de desenhos). Para isso, utiliza a ordenação prototípica SVO. Entretanto, ao citar o tipo de desenho do qual não gosta muito, o falante quebra essa ordenação ao topicalizar o objeto, produzindo uma oração OSV. Estabelece, assim, o contraste entre os dois tipos de desenho, dirigindo a atenção do interlocutor para o elemento topicalizado (*a parte arquitetônica... desenho arquitetônico... desenho mecânico...*).

5.3 Informatividade e perspectivação

A noção de *informatividade* refere-se ao conteúdo informacional que os interlocutores compartilham, ou supõem compartilhar, no momento da interação verbal. Isso porque, tanto do ponto de vista cognitivo como pragmático e interpessoal, um indivíduo comunica-se com outro para informar-lhe alguma coisa acerca do mundo externo ou de seu mundo interior, esperando provocar alguma alteração no conhecimento e/ou atitudes e ações do interlocutor.

Sendo assim, o locutor não apenas procura dosar o conteúdo informacional em função do que supõe que seu parceiro já conhece ou não, mas também se esforça em monitorar/orientar o ponto de vista deste, visando a atingir determinado(s) objetivo(s). Para isso, conta tanto com o aparato linguístico (léxico-gramatical), em suas múltiplas possibilidades de organização e codificação textual (GIVÓN, 2001), quanto com recursos extralinguísticos (gestos, expressões, dados do contexto interacional).

Chafe (1987) aborda a informatividade com base no fluxo da informação, que diz respeito aos aspectos cognitivos e interacionais da distribuição e codificação do conteúdo comunicado. Para o autor, o fluxo de informação relaciona-se, sobretudo, ao modo como o falante organiza o conteúdo no discurso,

levando em conta o grau de acessibilidade *do interlocutor à informação veiculada*. Nesse sentido, tanto a ordenação dos elementos na cláusula quanto a sua codificação dependem da avaliação do falante/escrevente acerca do estado de ativação do conhecimento na mente de seu interlocutor. Isso explica, por exemplo, a opção pelo uso de um nome pleno ou um pronome, uma forma definida ou indefinida, acentuada ou atenuada, etc., de acordo com a informação que o locutor supõe estar acessível ou não a seu interlocutor na interação. É o que ocorre com os elementos em negrito em (5).

(5) *Filho de policiais é assassinado na Linha Amarela*
De acordo com a Divisão de Homicídios (DH), testemunhas contaram que **uma moto** não identificada emparelhou e **o carona** efetuou disparos contra a Captiva preta, placa LLH-9866, por volta das 21h. Rafael que dirigia o carro estava sozinho no veículo. Após ser atingido, **ele** colidiu com o carro. **A vítima** foi socorrida no Hospital Federal de Bonsucesso, mas não resistiu. **O tiro** fatal teria acertado a virilha dele. **Os bandidos** fugiram (*O Dia*, disponível em: http://odia.ig.com.br. Acesso em: 20 jun. 2012).

Nesse trecho, a codificação dos elementos referenciais pelos SN em destaque reflete seu *status* informacional. *Uma moto* é codificada como um SN pleno indefinido por introduzir informação nova no texto; *o carona*, SN pleno definido, por sua vez, está implicado na conceitualização de *moto*; *ele* e a *vítima* retomam *Rafael* e são expressos, respectivamente, por pronome e SN definido, uma vez que constituem informação dada; o *tiro*, codificado como SN definido, recupera disparos, por correlação de equivalência semântica; *os bandidos*, inferível com base no *frame* de assalto, refere-se ao carona e ao piloto da moto (não mencionado no texto).

Os estudos clássicos sobre informatividade circunscrevem-se ao estatuto informacional do SN, classificando-o em *dado* (ou *velho*) e *novo*, e as categorias intermediárias *inferível* e *disponível*. Essas categorias correspondem à avaliação que o locutor faz do estado de ativação dos elementos referenciais na memória do interlocutor.

Estendendo suas considerações também para o nível da cláusula, Tomasello (1998) argumenta que o conteúdo proposicional é estruturado sintaticamente em função de demandas da circunstância comunicativa específica (focalização/ênfase pragmática). Assim, a sequência informativa quanto ao evento "Alguém abriu uma porta com uma chave" poderá ser organizada, por exemplo, como "Pete abriu a porta com esta chave", ou "Esta chave abriu a porta", ou "Foi com esta chave que Pete abriu a porta", ou "Foi Pete que abriu a porta", ou "A porta foi aberta com esta chave", ou "A porta abriu", entre outras alternativas.

Associada à informatividade, a *perspectivação* vincula-se ao direcionamento da atenção sobre um evento referencial; isto é, tem a ver com a focalização de aspectos específicos de uma cena (cf. TOMASELLO, 1998). Nesse sentido, ao relatar um determinado evento ou descrever uma dada situação, o usuário da língua escolhe um elemento particular como o ponto de vista a partir do qual esse evento/situação é comunicado/a. Numa cena comercial de compra e venda, por exemplo, a atenção focal pode ser mapeada no vendedor, com menor atenção no restante, como em "O balconista vendeu o jarro ao floricultor"; ou a atenção pode voltar-se para o comprador, enquanto o restante fica menos saliente em termos cognitivos, como se dá em "O floricultor comprou o jarro ao balconista" (TALMY, 2003).

Portanto, em linhas gerais, podemos dizer que a categoria *informatividade* tem a ver não apenas com o conteúdo semântico em si mesmo (do nível micro/referencial ao macro/textual), mas também com o monitoramento da dosagem de informação, de sua organização sequencial e da forma expressiva como é perspectivado, na tentativa de prover o interlocutor de informação julgada necessária, bem como de orientar sua atenção para um fim desejado. Nesse sentido, tais fenômenos articulam, ao mesmo tempo, fatores de ordem tanto semântico-cognitiva como discursivo-interacional.

5.4 Categorização e prototipicidade

A categorização é um processo cognitivo de domínio geral no sentido de que categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência humana, independente da língua. No domínio linguístico, a categorização diz respeito à semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes componentes são reconhecidas e associadas a representações armazenadas. As categorias resultantes são a base do sistema linguístico, sejam fonemas, morfemas, itens lexicais, sintagmas ou construções (BYBEE, 2010).

Lakoff e Johnson (1999) afirmam que nosso sistema conceitual é alicerçado e estruturado por um vasto conjunto de padrões recorrentes de interações perceptuais. As estruturas dessas interações formulam a compreensão de domínios conceituais mais abstratos.

Nessa perspectiva, a construção de conceitos relaciona-se às experiências do ser humano no ambiente biofísico e sociocultural, e são esses conceitos que nos permitem caracterizar mentalmente as categorias e raciocinar sobre elas. Cada categoria é conceitualizada em termos do representante prototípico, aquele que reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria. Dessa forma, a classificação dá-se por meio do elemento que exemplifica o protótipo, enquanto os outros elementos são classificados considerando as características mais próximas e as mais distantes em relação ao exemplar prototípico. Essa perspectiva não linear/categórica e não discreta permite o tratamento escalar e contínuo de aspectos gramaticais.

Segundo Rosch (1973), a prototipicidade é possivelmente uma consequência de propriedades inerentes da percepção humana, como a saliência cognitiva. Cada protótipo nos possibilita realizar um conjunto de tarefas inferenciais ou imaginativas sobre uma dada categoria. Esse processo envolve tanto a gradualidade (não discretude) quanto a fixidez de determinados traços ou propriedades.

Significa que, ao invés de serem definidas, em termos binários e discretos, as coisas percebidas distribuem-se num *continuum* categorial, em que alguns elementos localizam-se mais nos polos da escala, com propriedades conceituais mais ou menos bem definidas, e outros se situam em instâncias intermediárias, por compartilharem características de uma e outra categoria.

Um exemplo disso pode ser dado com relação à categoria *mamífero*: pela nossa experiência, não há dificuldades em classificar um *gato* ou um *leão* como pertencentes a tal categoria, por exibirem um conjunto de propriedades (morfologia e hábitos) que nos permitem enquadrá-los nessa classe. Nesse caso, representam, convencionalmente, protótipos (membros centrais) dessa categoria. Já em relação a animais como *peixe-boi* ou *morcego*, eles não são facilmente apontados como sendo também participantes da mesma categoria, visto que, perceptualmente, afastam-se desse modelo, situando-se num ponto mais periférico, em razão de apresentarem características que, normalmente, não são associadas aos mamíferos, tais como possuir nadadeiras e viver na água (no caso do *peixe-boi*) ou ter asas e ser voador (no caso do *morcego*).

A categorização permeia nossa relação com o mundo físico e social e com nosso intelecto. Entendemos o mundo não apenas em termos de coisas individuais, mas também em termos de *categorias de coisas*. E isso se dá também no domínio linguístico: do mesmo modo que categorizamos o universo biofísico e sociocultural, categorizamos a língua. Tomemos como exemplo a categoria substantivo. O item *pato* apresenta as características associadas ao protótipo: é concreto, flexiona em gênero e número, pode ser núcleo de um SN, pode ser precedido de determinante e acompanhado por modificador. Por sua vez, o elemento *concomitância* não exibe algumas dessas propriedades (é abstrato e não flexiona em gênero e número), afastando-se do protótipo.

Não se deve, porém, deduzir daí que os conceitos são reflexos da realidade externa e que a língua serve apenas para etiquetá-la, conforme advertem Lakoff e Johnson (1999). Isso porque a linguagem não é a representação da realidade objetiva, mas de como ela é percebida e/ou experienciada pelos humanos.

Os seres humanos, em razão do modo como se relacionam com o mundo e neste atuam, compartilham certos esquemas imagéticos, derivando conceitos abstratos a partir de suas experiências concretas. Isso resulta num sistema de

conceitualizações comum a todos, como se dá no caso de conceitos orientacionais (em cima/embaixo, frente/trás, próximo/distante, entre outros), que parecem exibir relativa similaridade entre as diversas culturas.

Entretanto, há espaço para extensa variação cultural na forma como elaboramos muitos conceitos. Isso implica que a categorização e sua expressão linguística refletem traços tanto de estruturas conceituais mais gerais, extensivas a todos, quanto daquelas próprias de cada cultura, isto é, calcadas em visões de mundo particulares.

5.5 Plano discursivo e saliência perceptual

A noção de plano discursivo refere-se à organização estrutural do texto e compreende as dimensões de figura e fundo, cuja formulação original se deve à Gestalt. Essas dimensões relacionam-se à percepção e à cognição: as entidades que aparecem em primeiro plano (ou seja, as mais salientes) são percebidas com mais nitidez e facilidade, enquanto as que se encontram fora de destaque são menos aparentes e perceptíveis. Em termos de discurso, essa distinção equivale à oposição entre central e periférico.

Givón (1995) relaciona a distinção entre figura e fundo ao critério de *frequência* da marcação. Para ele, o elemento marcado, por ser menos frequente e, portanto, com maior relevo perceptual, relaciona-se à figura. Em contrapartida, aquilo que é textualmente mais abundante representa o fundo, constituindo o caso não marcado.

Nos trabalhos linguísticos, a categoria plano foi utilizada, a princípio, no estudo de narrativas, em que se buscava identificar a oposição entre as sequências de movimento (a figura) e as estáticas (o fundo). Hopper (1979), por exemplo, confirma a relação figura/fundo fazendo a distinção entre os eventos dinâmicos, sobre os quais recaem o foco narrativo e os quais são responsáveis pela progressão sequencial do enredo e as situações caracterizadas por observações e comentários do narrador, as quais constituem o fundo, ou estruturas de segunda ordem. Uma das particularidades interessantes nesse estudo é a relação que o autor faz entre essa categoria e as noções de perfectividade (identificada com a figura) e imperfectividade (representante do pano de fundo). O fragmento em (6) ilustra essa oposição.

> (6) Meu marido tem um amigo que era campeão de natação, tinha várias medalhas, era um atleta. **Um dia surgiu um caroço**, ou qualquer coisa parecida, nas suas costas, **ele foi ao médico.** O caso era simples porque o caroço ainda estava pequeno, mas não existia ainda tecnologia para este tipo de cirurgia no Brasil. O médico estava sendo treinado por uma equipe francesa para realizar este tipo de cirurgia. **Ele foi a França com o médico e o caso foi analisado pelos médicos de lá** (*Corpus D&G*/ Rio de Janeiro).

Na amostra (6), os trechos em negrito correspondem à sequência temporal dos eventos narrados, ou seja, à figura, ao passo que as demais porções contextualizam o episódio, isto é, o fundo.

Martelotta (1998), entretanto, extrapolando o domínio da narrativa, testa a possibilidade de aplicação desses conceitos em outros tipos de estruturas textuais, demonstrando que as noções de figura e fundo também podem ser extremamente úteis na análise de textos descritivos, procedurais ou opinativos. Esse autor mostra, por exemplo, que um trecho narrativo dentro de um contexto maior não narrativo assume o papel de fundo, pois, nesse caso, está em posição secundária em relação ao foco central do texto, servindo como elemento extensivo das informações de nível mais alto às quais se subordina.

Ainda uma observação que precisa ser destacada é que, em situações como essas, a sequência narrativa que se acha em segundo plano pode apresentar-se, ao mesmo tempo, como figura em relação a outra não narrativa de nível mais inferior. Como ilustração, observe-se o seguinte fragmento textual:

> (7) ... há pouco tempo atrás houve dois casos que fez com que ressuscitasse a polêmica da pena de morte no Brasil... foi o assassinato da Dan/ da atriz Daniela Perez e de uma menina que foi sequestrada e depois queimada... as pessoas... pela emoção... achavam que deveria ser implantado a pena de morte... mas cada caso é um caso... (*Corpus D&G*/ Natal, p. 313).

Essa parte representa um relato encaixado num contexto maior, cujo tema central apoia-se na opinião do informante sobre a pena de morte. Nesse caso, a sequência narrativa encontra-se num plano inferior (de fundo) em relação ao foco principal do texto. No entanto, essa mesma sequência sobressai-se como figura quando comparada ao trecho em que o falante faz o esclarecimento quanto à opinião das pessoas acerca dos acontecimentos narrados. Este, portanto, constitui-se notoriamente um comentário à parte, de nível secundário (isto é, com grau de saliência menor) em relação àquela.

Sendo assim, o caráter aparentemente binário dessa categoria analítica necessita também ser concebido dentro de parâmetros escalares, a fim de cobrir os níveis intermediários de saliência com que se distribuem os feixes informativos nos variados tipos de estruturas textuais. Essa escala poderia oscilar entre -/+figura ou -/+fundo, dependendo da ótica de análise e do ambiente discursivo-textual em foco.

5.6 Encadeamento (*chunking*) e analogia

Encadeamento e analogia são outros dois processos cognitivos de domínio geral envolvidos na configuração linguística. O primeiro é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que frequentemente coocorrem. Do ponto de vista linguístico, essas estruturas correspondem a construções e expressões formulaicas. Sequências repetidas são embaladas juntas em termos cognitivos, de modo que a sequência pode ser tomada como uma única unidade (BYBEE, 2010). É o que acontece, por exemplo, com as construções *água mole em pedra dura tanto bate até que fura*, *marcar consulta*, *bom senso*, *efeito colateral*, *pré-fabricado*.

A força das relações sequenciais é determinada pela frequência com a qual dois elementos coocorrem, e isso constitui a base cognitiva subjacente para a morfossintaxe e sua organização hierárquica.

Baseado na organização da memória, encadeamento é um processo que influencia todos os sistemas cognitivos e representa uma propriedade tanto da produção quanto da percepção, contribuindo significativamente para fluência e facilidade do uso da língua. Isso quer dizer que, embora extensa, uma cadeia de palavras pode ser produzida e processada mais facilmente se essas palavras podem ser acessadas em conjunto, devido à frequência de uso.

A analogia é o processo pelo qual novos enunciados são criados com base em outros previamente experienciados. Implica categorização, visto que os componentes de ocorrências anteriormente usadas devem ser segmentados em unidades que são alinhadas e categorizadas para que possam formar novos enunciados. O grau de aceitabilidade desses enunciados baseia-se na similaridade com sequências frequentes, convencionalizadas.

A analogia ocorre quando comparações exibem alto grau de similaridade relacional, embora os elementos comparados tenham poucos atributos em comum. À medida que a similaridade de atributos aumenta, o processo cognitivo analógico é reduzido e a comparação torna-se literal.

O processo de analogia pode ser observado em (8).

> (8) O sexo do diploma
> As mulheres agora sairão da escola com o grau ou profissão correspondente ao sexo registrado no diploma: doutora, engenheira, mestra, bacharela... (*Língua portuguesa*, n. 80, p. 30, jun. 2012).

Para chegar à leitura pretendida da expressão *sexo do diploma*, o leitor necessita acessar o conhecimento gramatical acerca de gênero e o conhecimento de mundo sobre as profissões - em particular, as designações utilizadas para funções/títulos assumidos por mulheres. Em seguida, é estabelecida a relação

de similaridade entre esses domínios, mapeando os aspectos compartilhados por eles. Daí ser possível atribuir sexo a um elemento inanimado.

5.7 Projeções metafóricas e metonímicas

Para uma abordagem baseada no uso, a *metáfora* é tratada como um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio de significação comunicativa.

Lakoff e Johnson (1999) assinalam que, nas metáforas comuns do uso cotidiano, ocorrem mapeamentos entre domínios conceituais, em que determinadas noções de um domínio são projetadas em outro. Ou seja, um conceito é formulado em termos de outro pelo fato de compartilharem alguma(s) correspondência(s) conceitual(is).

A metáfora recobre uma quantidade considerável de categorias conceituais utilizadas nas diversas formas de interlocução, emprestadas de noções que têm como fundamento significados construídos a partir das experiências do indivíduo com o ambiente circundante. Por meio de projeções metafóricas, estruturamos não só conceitos e eventos, mas também a própria língua.

Na LFCU, a metáfora desempenha papel importante na gramaticalização, no sentido de licenciar, mediante o processo de inferenciação, o uso de um dado conceito de base mais concreta (em geral, designado por um item lexical), vinculado a alguma experiência sensório-motora, num contexto de significação mais abstrata, o qual passa a assumir certa função gramatical (SWEETSER, 1990; HEINE et al., 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Dadas a frequência e a produtividade com que tal uso se manifesta na comunicação cotidiana, opera-se um novo arranjo conceitual – e formal – que resulta, possivelmente, na fixação de uma nova construção gramatical.

Tratando da gramaticalização de operadores argumentativos, Martelotta (1996) analisa o caso de "*ainda*", que seguiu a trajetória *espaço* > *tempo* > *texto*, por meio de projeções metafóricas. De uma acepção dêitica, portanto, mais relacionada à concretude espacial, esse elemento passa para uma noção menos concreta, temporal, até atingir uma função mais abstrata, vinculada ao arranjo lógico-argumentativo do discurso. Tal fenômeno é evidenciado nos seguintes fragmentos (MARTELOTTA, 1996, p. 212-218):

> (9) Vós me meteste tam gram pesar no coraçom, que jamais mom sairá **ende**. (Noção espacial)
> (10) ... **Ainda** guardo essas coisas... (Valor temporal)
> (11) É, pra en... e **ainda** tinha assim mil recursos pra encher, não é? (Adiciona argumentos para enfatizar uma ideia – *função textual/discursiva*.)

A *metonímia* é um componente básico do nosso aparato racional, ou seja, do nosso sistema cognitivo. É focalizada como uma questão de conceitualização, no sentido de que, em parte, responde pelo processamento de determinadas formações conceituais.

Segundo Lakoff e Turner (1989), a metonímia constitui um mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual, de modo que uma entidade de um domínio pode ser utilizada para se reportar a outra entidade desse mesmo domínio.

A LFCU compreende a metonímia como o processo cognitivo no qual uma entidade conceitual fornece acesso a outra entidade conceitual dentro de um mesmo domínio (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Constata sua importância no que se refere ao processo de reanálise, decorrente da contiguidade e associação conceituais entre os componentes linguísticos no curso da fala. Juntamente com a analogia, a reanálise fornece base para a configuração de novos padrões gramaticais.

As projeções metonímicas implicam uma transferência semântica que se dá pela relação de contiguidade conceitual entre os elementos no mundo biofísico e social. No ambiente linguístico, essa contiguidade ocorre na linearidade da cadeia sintagmática e relaciona-se à interdependência morfossintática entre as entidades envolvidas.

O domínio da negação no português do Brasil apresenta um caso de projeção metonímica (FURTADO DA CUNHA, 2000). É comum, em orações negativas, o acréscimo de um *não* pós-verbal, originalmente introduzido como um elemento de reforço opcional.

> (12) ... foi aí que eu fui ao... a um alergista... aí ele disse... "ah você tem que se mudar do ambiente que você tá... que passa muito ônibus... é muito... poluído... mude pra um ambiente mais limpo... porque **sua rinite num tá muito boa não**"... (*Corpus D&G*/Natal, p. 364).

À medida que a frequência de uso desse padrão aumenta, o marcador pós-verbal perde sua natureza enfática e se torna regular. Assim, a negativa dupla deixa de ser um modo "inesperado" de reforçar um ponto discursivo e começa a ser interpretada como o modo "normal" de procedimento. Via abdução, o falante cristaliza – ou gramaticaliza – o segundo *não* como parte da própria estrutura negativa. Temos, então, estágios sucessivos de reanálise para as construções negativas, em um processo contínuo de mudança na atribuição de fronteiras (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 2003), como se vê a seguir:

[[não + SV] não] > [não + SV + não] > não [SV + não] > [SV + não]

Metáfora e metonímia constituem, portanto, processos que permeiam os fenômenos de mudança linguística, envolvendo, no primeiro caso, a analogia e, no segundo, a reanálise.

Considerações finais

Neste capítulo, procuramos, em linhas gerais e de modo sucinto, apresentar uma visão panorâmica do que tem sido denominado ultimamente *Linguística Funcional Centrada no Uso*. Esse modelo de abordagem caracteriza-se por um conjunto de pressupostos teórico-metodológicos resultante da articulação entre a Linguística Funcional de origem norte-americana e a Linguística Cognitiva, e tem como foco de interesse o estudo da língua com base nas funções que esta desempenha nas diversas atividades discursivas do cotidiano social.

Nessa perspectiva, focalizamos os conceitos fundamentais da LFCU bem como suas principais categorias analíticas, com vistas a fornecer um lastro epistemológico que possibilita a investigação de fenômenos linguísticos considerando as motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas neles implicadas.

Referências bibliográficas

BARLOW, M. KEMMER, S. (Ed.) *Usage based models of language*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BISPO, E. B. Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português. *Linguagem & Ensino* (UCPel), v. 10, 2007, p. 163-186.

BYBEE, J. *Morphology*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

______ et al. *The evolution of grammar*: tense aspect and modality in the languages of the world. Chicago: UCP, 1994.

______. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.) *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 69-78.

______. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHAFE, W. L. Giviness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 25-55.

______. Cognitive constraints on information. In: TOMLIN, R. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987, p. 21-51.

CLARK, E.; CLARK, H. *Psychology and Language*: an introduction to psycholinguistics. New York: Harcourt, Brace Jovanovich, 1977.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge, United Kingdom: CUP, 1990.

_____. *Syntatic categories and grammatical relations*: the cognitive organization of information. Chicago: UCP, 1991.

DU BOIS, J. W. Argument structure. Grammar in use. In: DU BOIS et al. (Ed.) *Preferred argument structure*: Grammar as architecture for function. Amsterdam: John Benjamins, 2003a.

_____. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*: cognitive and funcional approaches to language structure. V. 2. Mahwah, NJ: LEA, 2003b, p. 47-87.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-255, 1985.

FORD, C. E. et al. Social interaction and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*: cognitive and functional approaches to language structure. V. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003, p. 119-143.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *A passiva no discurso*. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

_____. Iconicidade e gramaticalização no quadro da linguística funcional. *Vivência*,

_____. *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal.

_____. Gramaticalização e os processos de variação e mudança linguística. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió, AL: Edufal, 1999, p. 164-168.

_____. A negação no português: uma perspectiva pancrônica. In: *Procedimentos discursivos na fala de Natal*: uma abordagem funcionalista. Natal, RN: EDUFRN, 2000, p. 11-48.

_____. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *D.E.L.T.A.*, v. 17, p. 1-30, 2001.

_____. et al. *Linguística funcional*: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, n. 21, p. 115-131, 2006.

_____. A gramática da oração: argumentos nucleares vs. argumentos oblíquos. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN*. João Pessoa: Ideia, 2009, p. 2082-2088.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax*: a functional-typological introduction. V. I. New York: Academic Press, 1984.

_____. *Syntax*: a functional-typological introduction. V. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. *Sintaxe*: an introduction. V. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. *The genesis of syntactic complexity*: diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GREENBERG, J. H. *Language universals*: with special reference to feature hierarchies. The Hague: Mouton, 1966.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, n. 56, p. 515-40, 1980.

_____. Iconic and economic motivation. *Language*. v. 59, p. 781-819, 1983.

_____. *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HEINE, B. & REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African languages*. Hamburg: H Buske, 1984.

_____ et al. *Grammaticalization*: a conceptual framework. Chicago: UCP, 1991.

HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and sematics* v. 12. Discourse and syntax. New York: Academic Press, 1979.

_____. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*. V. 13, 1987, p. 139-157.

_____; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, jun. 1980.

_____. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IBAÑEZ, F. J. R. de M. *Linguística cognitiva*: semântica, pragmática y construcciones. Círculo de linguística aplicada a la comunicación. Universidad de La Rioja, 8. nov. 2001.

KAY, P.; FILLMORE, C. J. Grammatical constructions and linguistic generalizations: The What's X Doing Y? Construction. *Language*, 75, p. 1-33, 1999.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*: what categories reveal about the mind. Chicago: UCP, 1987.

_____. TURNER, M. *More than cool reason*: a field guide to poetic metaphor. Chicago/ London: UCP, 1989.

_____. JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*, v. I. (Arbeiten des Kolner Universalien-Projekts 48) Koln: Universitat zu Koln, Institut fur Sprachwissenschaft, 1982.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: _____

et al. (Org.) *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcionalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996, p. 191-220.

______. *Figura e fundo*: uma proposta prática de análise. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Reprod.)

______. PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 177-192.

______; CEZARIO, M. M. Grammaticalization in Brasilian Portuguese. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.) *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 727-737.

McMAHON, A. *Understanding language change*. Cambridge: CUP, 1995.

NARO, A. J.; VOTRE, S. J. Mecanismos funcionais do uso da língua – função e forma. *D.E.L.T.A.*, v. 8, n. 2, p. 285-90, 1992.

OLIVEIRA, M. R. Iconicidade e produtividade dos processos de repetição. Congresso Nacional da Abralin, 2. Florianópolis: UFSC. *Anais do Congresso Nacional da Abralin*. Florianópolis: UFSC, 1999.

______; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. *Linguagem & Ensino* (UCPel), v. 10, p. 87-108, 2007.

OLIVEIRA, N. F. de. *Abordagem cognitiva da construção deverbal em x-dor*. Tese (Doutorado). Natal: UFRN, 2008.

ÖSTMAN, J. Construction discourse: a prolegomenon. In: FRIED, M. (Ed.) *Construction Grammars*: cognitive grounding and theoretical extensions. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 121-144.

ROSCH, E. H. Natural categories. *Cognitive Psychology*, 4, p. 328–50, 1973.

SILVA, J. R. *Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos processos de intensificação*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Natal-RN: UFRN, 2008.

SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1980.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. *Toward to a cognitive semantics*: concepts structuring systems v. I. Cambridge/London: MIT Press, 2003.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

______. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

THOMPSON, S. A.; HOPPER, P. J. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: J. BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 27-60.

______; COUPER-KUHLEN, E. The clause as a locus of grammar and interaction. *Discourse Studies*, v. 7, p. 481-506, 2005.

TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*: cognitive and functional approaches to language structure New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

______. *The new psychology of language*: cognitive and functional approaches to language structure. V. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003.

TRAUGOTT, E. C. Exaptation and grammaticalization. In: AKIMOTO, M. (Ed.) *Linguistcs studies based on corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.

VOTRE, S. J. A perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português. *Cadernos do CNFL* (Uerj), n. 2, p. 71-87, 2000.

______. Continuidade e mudança na língua portuguesa do Brasil. In: BASTOS, N. B. (Org.) *Língua portuguesa*: uma visão em mosaico. São Paulo: IP-PUC/EDUC, 2002, p. 135-152.